

Mundorama

REVISTA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
VOLUME 10 - NÚMERO 112 - DEZEMBRO - 2016

EVENTOS

SELEÇÕES DE PÓS-GRADUAÇÃO, CURSOS, SEMINÁRIOS, WORKSHOPS E OFERTAS DE BOLSAS DE ESTUDOS NO EXTERIOR NA ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CONJUNTURA & OPINIÃO

OS TEMAS DA NOSSA AGENDA - AMÉRICAS, EUROPA, ÁSIA E ÁFRICA, ECONOMIA, POLÍTICA & SEGURANÇA INTERNACIONAL, POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

BIBLIOTECA

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL, MERIDIANO 47, CONJUNTURA AUSTRAL, SÉRIES DOCUMENTAIS

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO
LABORATÓRIO DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

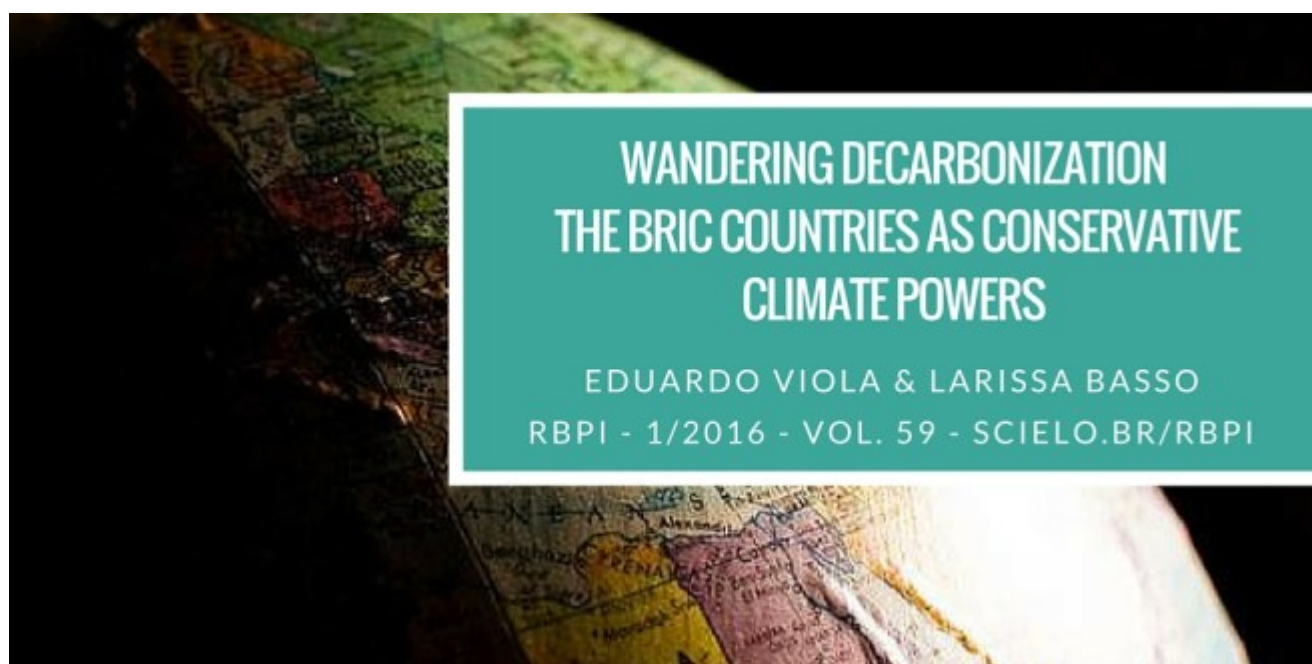
**Volume 10 - No. 112 - Dezembro
- 2016**

Table of Contents

Descarbonização errante: os países do BRIC como potências climáticas conservadoras - uma entrevista com os autores, por Camila Jardim	1
Como é o campo de RI na América do Sul? - uma entrevista com os autores, por Patrícia Martuscelli	5
Azerbaijão - A Esquina do Mundo e Seus Três Caminhos Alternativos	8
UnB abre seleção para Curso de Especialização em Relações Internacionais	16
UFGD publica dossiê especial da Revista Monções	17

Descarbonização errante: os países do BRIC como potências climáticas conservadoras - uma entrevista com os autores, por Camila Jardim

By Mundorama | Volume 10 - No. 112 - Dezembro - 2016



Na história recente, o combate às mudanças climáticas deixou de ser um tema controverso e passou, crescentemente, a ser tratado como assunto urgente por estadistas e por especialistas, de modo a ocupar lugar de destaque nos debates internacionais. Nesse contexto, alguns países assumem papel de proeminência, devido a seu percentual de contribuição de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), a sua relevância no ciclo global do carbono e a sua projeção na cena política internacional. Os países do BRIC, Brasil, Rússia, Índia e China, ocupam posição central na compreensão da dinâmica do regime climático, uma vez que, por um lado, apresentam alta contribuição no volume de emissões e possuem potencial de implementar medidas ambiciosas em favor da descarbonização de suas economias e, por outro, sustentam postura conservadora nas negociações climáticas até o momento atual.

Isso posto, no artigo [Wandering decarbonization: the BRIC countries as conservative climate powers](#), publicado na [edição 1/2016](#) (Volume 59 - Número 1) da *Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI*, Eduardo Viola e Larissa Basso, ambos do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, apresentam estudo detalhado da posição de cada um dos BRIC no regime climático global. A escolha desses países deve-se a sua posição de destaque no sistema internacional contemporâneo e ao potencial transformador que um maior comprometimento desses países com a agenda climática poderia apresentar. Os autores avaliam dados referentes às respectivas matrizes energéticas, ao volume de emissões e aos contextos políticos e econômicos de cada um dos países, permitindo uma compreensão abrangente e complexa da inserção desses países na agenda climática. A esse respeito e sobre suas posições pessoais quanto ao tema, os autores concederam entrevista a Camila Amorim Jardim, membro da equipe editorial da RBPI.

- **O artigo tem como centro de discussão o conceito de potências climáticas, demonstrando que seria possível enquadrar os países do BRIC em tal categoria.**

Como os senhores definiriam, de modo sucinto, esse conceito, para aqueles que não são especialistas na área climática?

Eduardo Viola e Larissa Basso: As potências climáticas são países com uma combinação de parcela de emissões de gases de efeito estufa em relação ao total de emissões globais e de recursos tecnológicos e humanos que os tornam capazes de influenciar o desenvolvimento da questão climática global. As principais além do BRIC são EUA, União Europeia, Japão, Coreia do Sul e Arábia Saudita (esta última apenas por ter alta capacidade de influenciar o preço do petróleo e, portanto, a velocidade do processo de descarbonização). As potências são bastante heterogêneas entre si, e podem liderar avanços ou retrocessos no regime do clima. É por meio da análise dos posicionamentos domésticos e internacionais das potências em relação à descarbonização que se pode entender os rumos do regime do clima e que expectativas podem ser contempladas em médio prazo.

- **Ainda sobre essa definição, como os senhores definiriam a posição do BRIC no contexto das negociações climáticas internacionais e do grande debate contemporâneo referente à descarbonização da economia?**

Eduardo Viola e Larissa Basso: De modo geral, são países conservadores, ou seja, cuja atuação no regime do clima tem contribuído pouco para avançar medidas que promovam a mitigação do problema. Por vezes também atuam para bloquear o avanço de medidas que promoveriam a descarbonização mais efetiva. Como trata o artigo, a descarbonização de suas economias tem sido errante, com medidas de avanço pontuais ou insuficientes combinadas com medidas de retrocesso. É importante lembrar que é bastante difícil falar em BRIC como uma coalizão em relação ao regime do clima ou à descarbonização da economia. Os quatro países são muito diferentes entre si, tanto em relação às medidas que são necessárias para a descarbonização – mexer na matriz energética e em sua tendência inercial é importante nos quatro países, mas diminuir emissões no setor industrial é crucial na China, enquanto reduzir emissões da agricultura é medida chave no Brasil e na Índia, por exemplo – quanto em relação ao percurso que têm traçado para fazê-lo. Além disso, apesar de China, Brasil e Índia serem parte do aliança BASIC e do G-77, nem sempre estes países defendem posições iguais nos fóruns climáticos. Já a Rússia defende sempre posições contrárias ao BASIC e ao G-77, de um lado, e à União Europeia, de outro lado. A Rússia teve uma aliança objetiva com os Estados Unidos durante a presidência de George Bush, mas isso mudou durante a presidência de Barack Obama.

- **Segundo o artigo, entre os países dos BRIC, a Índia é o que apresenta posições mais fortes em defesa do princípio das *responsabilidades comuns, porém diferenciadas*. Esse princípio advoga que países desenvolvidos possuem maior parcela de responsabilidade na redução de emissões, tendo em vista seu agregado histórico superior aos países em desenvolvimento, de industrialização tardia. Sob essa perspectiva, as agendas de desenvolvimento econômico e de descarbonização da economia seriam incompatíveis, sendo a última uma limitação para a primeira. Em relação a esse tema, na opinião dos senhores, deveriam os países em desenvolvimento, e notadamente os BRIC, ter responsabilidade equivalente aos países em desenvolvimento na redução das emissões de GEE? Como aliar medidas de desenvolvimento econômico e descarbonização da economia?**

Eduardo Viola e Larissa Basso: Em primeiro lugar é importante deixar claro que a Rússia está classificada como país desenvolvido no regime de clima, desde o início. Em relação ao subgrupo China, Índia e Brasil, diferenciar responsabilidades é correto, mas a diferenciação deve ser adotada de forma integral. Em primeiro lugar, o critério de emissões históricas não pode ser o único, uma vez que a intensidade de acúmulo de gases estufa na atmosfera foi comprovadamente maior na segunda metade do século XX, momento em que países emergentes estavam em processo de industrialização. Em segundo lugar, é importante lembrar que se os países desenvolvidos têm mais responsabilidade que os emergentes em relação à mudança do clima – o que precisa ser avaliado caso a caso, uma vez que computar as emissões recentes, por sua intensidade, pode provar o contrário –, os emergentes têm responsabilidade

maior do que a da grande maioria dos demais países em desenvolvimento, por isso devem assumir compromissos mais ambiciosos. A aliança entre desenvolvimento econômico e descarbonização ocorre com a implementação do desenvolvimento de baixo carbono: a mudança de padrões produtivos para manter ou elevar os resultados ao mesmo tempo em que são reduzidas as emissões de carbono. Isso se dá com maior eficiência da economia, uso mais inteligente de recursos e mudanças em setores chave para as emissões, como a redução de uso de combustíveis fósseis e aumento de energia renovável na matriz energética.

- **A partir dos dados apresentados e discutidos pelos senhores o Brasil é, entre os BRIC, o único que tem grande parcela de suas emissões atribuída ao desmatamento. Além disso, o país tem aumentado a participação de combustíveis fósseis em sua matriz energética, mesmo com potencial de desenvolver energia limpa. O texto afirma que o Brasil está deixando passar a oportunidade de tornar-se uma potência climática reformista. Apesar disso, o país alega buscar liderança no regime climático. Qual é a probabilidade de o Brasil desempenhar postura de liderança em favor do avanço das negociações climáticas? Por que essa liderança ainda não foi consolidada, apesar do discurso engajado?**

Eduardo Viola e Larissa Basso: Na atual conjuntura, a probabilidade é praticamente nula devido a profunda crise econômica, política e moral do país. A liderança depende de ações coerentes na direção do desenvolvimento de baixo carbono, o que implica um redirecionamento político-econômico do país para considerar o longo prazo no planejamento e na adoção de medidas. O que tem acontecido no Brasil é que o discurso engajado é desvinculado das ações, essas concentradas em objetivos específicos e de curto prazo: isentar o IPI para automóveis em vez de planejar transporte público; subsidiar o preço da gasolina, quebrando a cadeia do etanol e a própria diplomacia construída em torno deste; impedir a participação de energia solar nos leilões até recentemente. O sistema político brasileiro não tem tradição de pensar no longo prazo, e essa é uma medida essencial para dar suporte a uma liderança na descarbonização mundial. Uma reforma profunda do sistema político brasileiro, que substitua a atual fragmentação partidária e a promiscuidade da classe política com parte do empresariado, além da limitação da participação no Congresso apenas a poucos partidos diferenciados programaticamente, por meio, por exemplo, de cláusula de barreira (apenas os partidos que tenham obtido, pelo menos, 5% dos votos entram na Câmara dos Deputados), são condições necessárias, mesmo que não suficientes, para a realização de políticas climáticas domésticas consistentes e, conseqüentemente, para que o país adquira liderança internacional.

Leia o artigo:

Viola, Eduardo, & Basso, Larissa. (2016). [Wandering decarbonization: the BRIC countries as conservative climate powers](#). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 59(1), e001. Epub May 24, 2016.

Eduardo Viola é professor titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília - UnB (eduviola@gmail.com);

Larissa Basso é doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília - UnB (larissabasso@gmail.com);

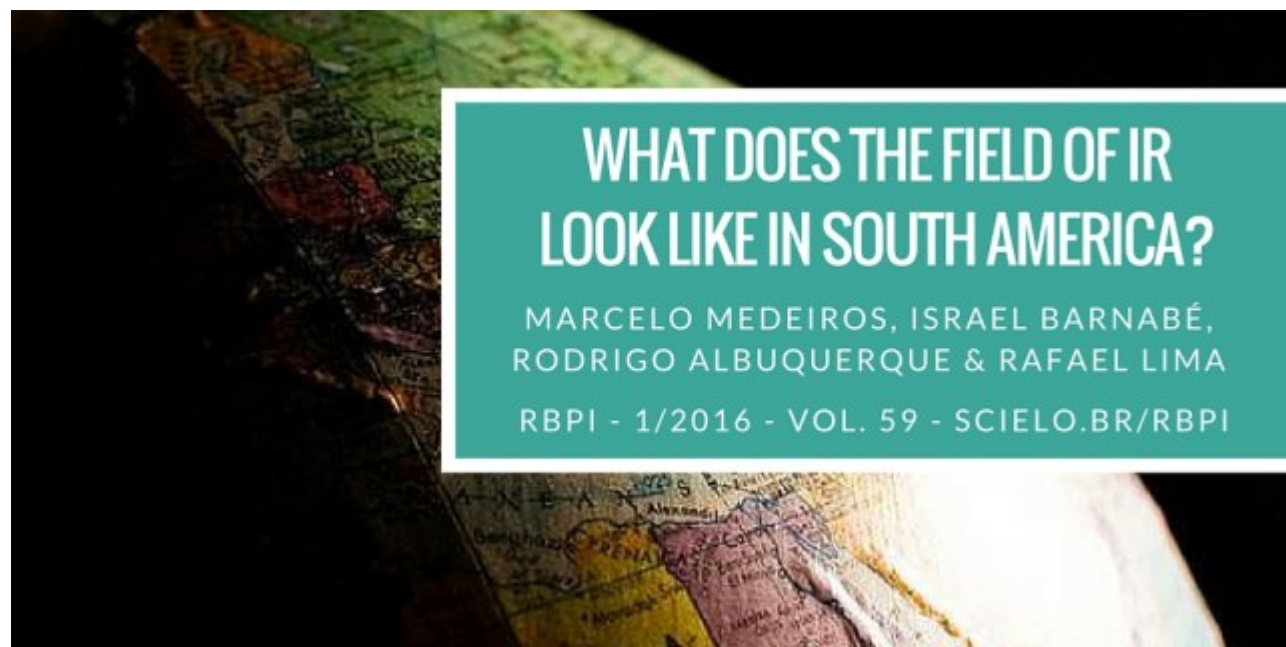
Camila Jardim, membro da equipe editorial da Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI - é doutoranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio (camila.jardim.unb@gmail.com).

Mundorama. "Descarbonização errante: os países do BRIC como potências climáticas conservadoras - uma

entrevista com os autores, por Camila Jardim". *Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*,. [Acessado em 21/01/2019]. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=19990>>.

Como é o campo de RI na América do Sul? - uma entrevista com os autores, por Patrícia Martuscelli

By Mundorama | Volume 10 - No. 112 - Dezembro - 2016



O desenvolvimento do campo de estudo em Relações Internacionais tem acontecido em toda a América do Sul, com o aumento do número de pesquisas, cursos de Relações Internacionais, revistas especializadas na área e artigos envolvendo questões e teorias internacionais em periódicos de outros campos do conhecimento. Frente a esse assunto, Marcelo de Almeida Medeiros, Israel Barnabé, Rodrigo Albuquerque e Rafael Lima propõem-se a analisar como é o campo de Relações Internacionais na América do Sul, por meio do artigo [What does the field of International Relations look like in South America?](#), publicado na [edição 1/2016](#) da *Revista Brasileira de Política Internacional* - RBPI.

Para responder à questão que intitula o estudo, os autores realizam uma análise de conteúdo de 7857 artigos publicados em 35 periódicos acadêmicos de 6 países da América do Sul (Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Colômbia e Venezuela), publicados entre os anos de 2006 e 2014. Os pesquisadores buscam observar quais os principais métodos, teorias, áreas de estudos e como eles interagem entre si nos trabalhos levantados. Esses tipos de estudos são especialmente úteis para realizar um perfil da produção acadêmica em Relações Internacionais na América do Sul nos últimos anos. A esse respeito e sobre suas posições pessoais quanto ao tema, os autores concederam entrevista a Patrícia Nabuco Martuscelli, membro da equipe editorial da RBPI.

• Em resumo, como se revela a produção acadêmica no campo de Relações Internacionais na América do Sul, a partir da análise feita pelos senhores?

Marcelo de Almeida Medeiros, Israel Barnabé, Rodrigo Albuquerque e Rafael Lima: Nossos dados indicam que a produção acadêmica em RI na América do Sul aparenta reproduzir, mimeticamente, preferências paradigmáticas norte-americanas, apesar das idiossincrasias regionais. Não conseguimos identificar nenhuma tendência genuinamente sul-americana na produção dos seis países estudados, a não ser uma preferência por métodos qualitativos e teorias positivistas, notadamente o Liberalismo e o Realismo, que foram as predominantes. O baixo volume de artigos explicitamente citando algum método (12,9%) também revela uma carência preocupante em nosso campo.

- **Em seu artigo, há uma seção que aborda como ideologia não é ciência. A partir da pesquisa realizada, quais seriam as recomendações que os senhores dariam aos pesquisadores e aos estudantes de Relações Internacionais da América Latina para que evitem confundir ideologia e ciência em seus trabalhos?**

Marcelo de Almeida Medeiros, Israel Barnabé, Rodrigo Albuquerque e Rafael Lima: Weber já advertiu que juízos normativos incidem no início e no fim da empreitada científica, isto é, na decisão do que estudar e na apresentação da relevância dos achados. Assim sendo, o importante é assegurar que, na fase intermediária, a condução da pesquisa seja feita com imparcialidade, o que torna indispensável o uso do método científico. Em suma, a busca rigorosa pela neutralidade axiológica deve ser uma constante na atitude do pesquisador, mesmo consciente de que atingi-la perfeitamente é exercício muito complexo, de dificuldade extrema e, provavelmente, impossível. Não obstante sua provável impossibilidade, não deve deixar de ser perseguida, sob pena de se tornar mero panfleto ideológico. É importante notar, também, que reconhecer que ideologia impende sobre nossos juízos enquanto acadêmicos não significa o mesmo que abandonar o rigor metodológico, porquanto este é o caminho apropriado para evitar aquele. Em tempos nos quais se busca aproximar as estratégias de produção de conhecimento das ciências sociais às estratégias das ciências “duras”, reconhecer a interferência da ideologia é apenas o primeiro passo em busca de contorná-la.

- **Dentre as teorias latino-americanas de maior abrangência no campo das Relações Internacionais, destaca-se a teoria da dependência, a qual avalia as relações interestatais por meio da divisão centro-periferia. Apesar de importante, o artigo de vocês indica uma redução do número de trabalhos que utilizam essa teoria. Quais os motivos para esse declínio? Qual o significado disso para o campo das Relações Internacionais na América do Sul?**

Marcelo de Almeida Medeiros, Israel Barnabé, Rodrigo Albuquerque e Rafael Lima: Houve um declínio no número de trabalhos que utilizam a teoria da dependência em razão da falta de capacidade explicativa da referida teoria no que se refere aos fenômenos oriundos da globalização. A interdependência complexa provocada por uma miríade de regimes internacionais tornou, de certa forma, obsoletos os argumentos assentados na dicotomia centro vs. periferia, pedra angular da teoria da dependência. O significado disso para o campo das Relações Internacionais na América do Sul é que ele, por um lado, perde em singularidade explicativa original, ou seja, uma matriz genuína de compreensão gestada, em grande parte, in situ, praticamente deixa de importar; por outro lado, isto também significa que o campo das RI na América do Sul se coaduna com as novas tendências interpretativas da realidade mundial de gênese europeia e/ou norte-americana.

1. **Como os senhores explicariam o maior número de trabalhos que utilizam abordagens Liberais e Realistas, predominantemente oriundas de países desenvolvidos, dentro da academia sul-americana, onde diferentes autores advogam novas abordagens advindas de conceitos e de ideias dos próprios países da região?**

Marcelo de Almeida Medeiros, Israel Barnabé, Rodrigo Albuquerque e Rafael Lima: A grande recorrência do Liberalismo e Realismo no volume de artigos publicados se explica, em parte, pelo fato que a referência a essas duas abordagens é praticamente incontornável em RI, dado seu caráter fundacional. O contraponto entre ambas as correntes parece ser um expediente frequente nas revisões teóricas dos artigos: mais de 40% de suas menções são conjugadas. Não obstante, essa prevalência não é puramente uma consequência estilística, mas também decorrente da ausência de teorias gerais – como as duas mencionadas – com ampla capacidade explicativa. A exceção mais notável é o Construtivismo de vertente social, presente no nosso corpus em 12,8% dos artigos analisados. As demais abordagens e teorias partem dos limites e das lacunas encontradas nas três grandes correntes citadas, de modo que é genuinamente impraticável recorrer a autores que não são explícita ou implicitamente referenciados como filiados a alguma dessas correntes.

- **Como os senhores explicariam o aumento da preocupação dos pesquisadores sul-americanos de RI com a questão metodológica nos últimos anos? Como explicar o aumento no número dos estudos quantitativos e o que isso significa para a disciplina de Relações Internacionais na América do Sul?**

Marcelo de Almeida Medeiros, Israel Barnabé, Rodrigo Albuquerque e Rafael Lima: Os dados mostram que, nestes nove anos estudados, houve de modo geral um aumento no número de artigos citando algum método. Todavia, tem sido um aumento discreto e o percentual permanece bastante baixo – o ano com mais artigos explicitando métodos, 2012, registrou apenas 69 artigos.

Um achado intrigante foi vermos em 2014, pela primeira vez, métodos quantitativos ultrapassando qualitativos. Isso pode ser ou apenas um pico temporário que recuará nos próximos anos, ou um ponto de inflexão na produção sul-americana em RI, sinalizando um afastamento das abordagens mais próximas do campo das humanidades – que caracterizaram a gênese da disciplina – e uma afinidade maior com métodos estatísticos, tal qual vem acontecendo com a ciência política. Nisto também se pode notar uma mimese da preferência estadunidense por métodos estatísticos. É possível que esse aumento seja devido à busca por maior inserção internacional das publicações na região, buscando se adaptar ao que é realizado em termos metodológicos nos principais centros de pesquisa estadunidenses.

Leia o artigo:

Medeiros, Marcelo de Almeida, Barnabé, Israel, Albuquerque, Rodrigo, & Lima, Rafael. (2016). [What does the field of International Relations look like in South America?](#). Revista Brasileira de Política Internacional, 59(1), e004. Epub May 24, 2016.

Marcelo de Almeida Medeiros é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (mam14@uol.com.br);

Israel Barnabé é professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe – UFSE (israelbarnabe@gmail.com);

Rodrigo Albuquerque é professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe – UFSE (albuquerque.rodrigo@gmail.com);

Rafael Lima é professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe – UFSE (rafaelmesquita_5688@hotmail.com);

Patrícia Martuscelli, membro da equipe editorial da Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI – é doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP.

Mundorama. "Como é o campo de RI na América do Sul? – uma entrevista com os autores, por Patrícia Martuscelli". *Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*. [Acessado em 21/01/2019]. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=19993>>.

Azerbaijão - A Esquina do Mundo e Seus Três Caminhos Alternativos

By Mundorama | Volume 10 - No. 112 - Dezembro - 2016

Tópicos

- [1 Sobre o autor](#)
- [2 Como citar este artigo](#)

Localizada na convergência de diferentes civilizações, a região caucasiana foi invadida e disputada por grandes impérios e personagens famosos, como Alexandre, o Grande, o General Romano Pompeu, o conquistador mongol Genghis Khan, e o Tsar Pedro o Grande. Um dos países mais prósperos da vizinhança do Cáucaso, o Azerbaijão, é palco de história rica e antiga e tem sido cenário de batalhas há mais de um milênio. Há evidência de ocupação humana em seu território desde a Idade da Pedra. Hoje, verifica-se intensa disputa entre Turquia, Irã e Rússia por influência sobre esse Estado, emancipado da ex-União Soviética, em 1991.

Cartograficamente, o Azerbaijão estende-se do Noroeste do Irã ao Mar Cáspio, a Leste. Faz fronteira, a Oeste, com a Armênia e Turquia. Ao Norte, situam-se a Geórgia e a Rússia. A nação azeri encontra-se, hoje, dividida em duas partes. A que ocupa o território do país, estimada em cerca de oito milhões de pessoas. E ao Sul, a que habita na parte meridional iraniana, calculada ao redor de 20 milhões. Esta divisão ocorreu conforme previsto pelo Tratado de Gulistan, em 1828, que incorporou o território hoje ocupado pelo Azerbaijão ao Império Russo, deixando a maioria da população do idioma azeri no Império Persa.

Há versões distintas sobre a origem étnica desta população, cuja língua é conhecida como azeri e, hoje, segue, majoritariamente o Islã Shiita. A região ao Sul da Cordilheira do Cáucaso, onde se situa o Azerbaijão, era melhor conhecida, na Antiguidade Greco-Romana e no auge da Rota das Sedas, do que no mundo atual.

Segundo a mitologia grega, foi no alto daquelas montanhas que Zeus mandou acorrentar Prometeu, para que seu fígado fosse comido por abutres, como punição por ter entregue o fogo prometido aos humanos.

Até hoje, há uma chama eterna que brota do chão, perto de Baku, que, para fins de atração turística é apresentada como aquela fogueira inicial. Ao escurecer, adquire um tom azulado. O fenômeno é hoje entendido pela óbvia presença de gás subterrâneo. Tive várias oportunidades de, enquanto Embaixador naquele país, no verão, ao anoitecer, ir tomar chá e saborear doces típicos, diante de cenário tão intrigante.

Imagine-se, no entanto, a popularidade daquele fogaréu todo, inexplicado através dos séculos, favorecendo o surgimento de crenças e credos como os seguidores de Zaratustra, que adoram o fogo. Os seguidores do Zoroastrismo, hoje, vivem principalmente na área de Mumbai, Índia.

No auge da Rota das Sedas, que ligava a Europa à Ásia e foi popularizada por Marco Polo, a área hoje ocupada pelo Azerbaijão era bem conhecida - segundo consta - nos dois continentes. A parte antiga de Baku, ainda hoje, preserva muralhas do Século XIV que protegiam os comerciantes que transitavam, naquela época, com suas caravanas de camelos. Hoje, o Azerbaijão, quando reconhecido, é identificado por situar-se na "esquina do mundo".

Especialistas e simpatizantes lá situam fronteiras entre a Europa e a Ásia, entre o Ocidente e o Oriente, entre o Mundo Cristão e o Muçulmano, entre áreas de influências atuais da Rússia, Irã e Turquia e - na

condição de ex-integrante da URSS – uma típica fase de transição pós-soviética, entre um sistema centralmente planejado e um de economia de mercado. Coloca-se, portanto, o desafio da adoção de perspectiva estratégica para o mapeamento de tendências e estruturas regionais em construção e identificação de novos atores regionais.

O artigo, portanto, procurará delinear cenários futuros prováveis – “caminhos alternativos a partir desta esquina do mundo” – para a inserção internacional do Azerbaijão. Busca-se, então, saber se “haverá seda” – isto é, um cenário futuro favorável – na rota de inserção internacional desse pequeno país, marcado por vizinhança incerta, e passado de turbulências cíclicas.

A Inserção Internacional

A maioria das avaliações disponíveis sobre o papel do Azerbaijão no cenário mundial, o reduzem, cartograficamente, ao grupo de três pequenos estados recentemente emancipados na região do Cáucaso, junto com a Geórgia e a Armênia. A seguir, são feitas observações sobre o término da Guerra Fria, o esfacelamento da União Soviética e a emergência de nações, sempre antagônicas, ao Sul daquela cadeia de montanhas, cujas diferentes culturas foram sufocadas, durante os 70 anos de jugo comunista.

O interesse pela inserção internacional do país pode ser maior, contudo, quando se verifica a crescente importância estratégica das margens do Mar Cáspio. Compartilham da mesma situação geopolítica a Rússia, o Irã, o Cazaquistão e o Turcomenistão. O país merece, portanto, atenção diferenciada do exterior, pelas conhecidas e recentemente revalorizadas riquezas energéticas que compartilha, nessa área ribeirinha.

O Cáspio é o maior mar interior do mundo e situa-se na confluência de conflitos étnicos, religiosos, nacionais e extrarregionais históricos. Durante o Século XIX, travou-se disputa, nesta parte da Ásia Central, por conquistas territoriais e acesso a mercados e recursos naturais, entre o Império Russo e a Grã Bretanha, também conhecida como “The Great Game”.

Cabe lembrar, a propósito, que no território hoje ocupado pelo Azerbaijão, há cerca de 3.500 anos, floresceu o Zoroastrismo, divulgado pelo Profeta Zaratustra, que pregava o monoteísmo, advogava a igualdade das mulheres, contava apenas no diálogo direto com Deus – sem a intermediação de sacerdotes– condenava o sacrifício de animais e a noção de milagres. Denunciava o flagelo de guerras religiosas, que causassem destruição em nome de uma fé ou de outra.

Zaratustra recomendava o entendimento dos elementos terrestres e a existência de um Deus. E três regras para viver bem: bons pensamentos, boas palavras, bons feitos. Também defendia a crença na natureza purificadora do fogo, que é pensamento fundamental de sua fé e simboliza o Todo Poderoso. A palavra persa para fogo é “azer”. Assim, desde a antiguidade, a abundância de gás, que provocava explosões em suas montanhas, levou o Azerbaijão a ser conhecido como o centro do Zoroastrismo.

Cabe assinalar, a propósito da disposição histórica daquela parte do mundo à convivência pacífica, que não seria correto, portanto, afirmar que estaria ela condenada a turbulência permanente, por sua multiculturalidade, multirreligiosidade, multiétnica e multiquase-tudo. Até o início do “Grande Jogo”, disputado pelos imperialismos extrarregionais russo e britânico, no século XIX, havia dinâmica regional própria capaz de recuperar, de forma cíclica, a estabilidade política, enquanto era palco de história rica e antiga, marcada por cenários de batalhas há mais de um milênio.

Verifica-se, então, que o término da Guerra-Fria acenava com o fim da bipolaridade mundial, enquanto a globalização surgiria como remédio para todos os males da divisão do mundo em partes conflitantes. Em suma, análises geopolíticas perderiam seu valor, na medida em que o planeta tenderia a ser menos

dividido cartograficamente e mais interligado por valores em comum.

O ressurgimento de novas geometrias de poder ocorreu, contudo, sem muita demora com o retorno de

criaturas regionais, como as centradas nos chamados “hinterlands”, enquanto largas fatias de nações, adormecidas durante a bipolaridade mundial, soltaram-se, tornaram-se países independentes, pediram passagem e encontram-se à deriva e na espera de configurações inovadoras que voltem a ordená-las.

Assim, no caso do Azerbaijão, que tivera breve vida como país independente, entre 1918 e 1920, ao emergir da União Soviética, após 71 anos de imposição de um sistema planificado a partir de Moscou, não se tratou de inserir-se, na fase conhecida como “pós-soviética”, em cenário internacional pronto a acolhê-lo, com tolerância, diante da carga de mazelas herdadas daquelas sete décadas de dominação socialista.

Pelo contrário, o continente europeu passou a viver, desde então, com novas ameaças convencionais e não-convencionais. Nesse sentido, segundo se observava em Baku, vigora a convicção de que o bloco euro-atlântico – em substituição ao “Ocidente” – constitui o fulcro – o “hinterland” – em cujo redor se concentram perigos e tensões, provocadas por atores políticos que, à sua volta, insistem em manter acesos os seus próprios projetos de afirmação nacional.

Em suma, entre desafios não-convencionais, estariam o terrorismo, o acesso de imigrantes e a proliferação de armas de destruição em massa. No elenco dos desafios mais “clássicos”, situam-se os que afetam a segurança dos Estados, nos termos explicitados, desde a Paz de Westphalia.

Na prática, os euro-atlânticos parecem misturar estes medos todos, enquanto procuram manter à distância, áreas que – para eles, conforme descrito acima – não tenham atingido o mesmo patamar de governança. Entre os repudiados, encontram-se os países emancipados da URSS, ao Sul do Cáucaso.

Cabe lembrar, no que diz respeito ao Azerbaijão, causas dos descompassos ora apresentados por este país que deseja ser acolhido pela Europa Ocidental, como parceiro. Segundo a visão de Baku, tais razões podem ser encontradas no fato de que, quando os soviéticos invadiram o país – após seu curto período de vida independente, entre 1918 e 1920 – encontraram um “aparelho de estado” em transição. Conviviam, então, uma estrutura de poder “medieval”, caracterizada por alianças entre tribos e povos nômades, e uma sociedade em busca de nova forma de governança que comportasse as demandas de um capitalismo emergente, em virtude da indústria de exploração petrolífera.

Os conquistadores, vindos da URSS, interromperam este processo de ajuste social e, sobre esquemas patriarcais de governança, agregaram relações políticas socialistas. Assim, se impuseram sobre o país, até 1991.

Com a emergência do Azerbaijão, naquele ano, seus novos dirigentes defrontaram-se, em sua “transição pós-comunista”, com o desafio de superar estas duas camadas de poder: os esquemas patriarcais de governança e as relações políticas socialistas.

A receita então vigente para países recém-emancipados da União Soviética, de acordo com os registros disponíveis aqui, seria o “choque capitalista”. Isto é, havia a certeza de que reformas, com base no estabelecimento de uma economia de mercado, criariam sua própria dinâmica de renovação política. No Azerbaijão, isso não aconteceu, pois a inércia herdada, resultante da mistura de formas patriarcais e socialistas de pensar, levou a completo e imediato caos político, logo após a independência, agravado pela guerra contra a Armênia, por disputa territorial.

Em suma, ao instalar-se no Governo, Haydar Aliyev, de acordo com a propaganda oficial, buscou “moldar o sistema político segundo as estruturas tradicionais”. Estas incluíam alto grau de poder para a “autoridade central”, que se cercaria de patriarcas “iluminados por valores democráticos, a serem instalados.

Tratar-se-ia, portanto, de processo de outorga de direitos políticos e benefícios sociais, na medida em que os cofres do Governo fossem recebendo dividendos da exportação de recursos energéticos, a partir de 2006, como início do funcionamento de dutos para a venda de petróleo e gás ao exterior.

Cabe recordar que, na década de 1960, quando se tornaram independentes a maioria das ex-colônias européias, na Ásia e África, havia um mundo bipolarizado com escolha de sistemas de governança mais simples e bem definidos: o socialista ou o capitalista.

Era, então, possível a um país recém-independente escolher, como modelo, um ou outro. Como consequência, um poderoso aliado – fossem os EUA ou a URSS – e grupo significativo de simpatizantes era imediatamente adquirido.

Quando emergiram da União Soviética, no entanto, as novas repúblicas tiveram que inserir-se, a partir de 1991, em emaranhado de “geometrias político econômicas variáveis”, que não lhes garantia aliados automáticos. Além disso, com a globalização já em vigor, receberam prontas cobranças sobre como adotar modernas legislações para formas de governança que respeitassem direitos humanos, meio ambiente, propriedades industriais e intelectuais e outras maneiras de comportamento internacional aceitável. Cabe reiterar, no entanto, que se trata de área situada no percurso da antiga Rota das Sedas. Apesar de conter, no nome, a ideia de intercâmbio comercial, as principais trocas foram de caráter cultural, sobrepondo diferentes religiões, hábitos e costumes.

Verifica-se, a propósito, que, entre os principais problemas atuais dos estados emancipados da URSS, estão os que dizem respeito à recuperação de suas identidades nacionais e reconstrução de mecanismos institucionais. Daí, após a análise de cada cenário alternativo provável, serão, em seguida, feitas considerações sobre o contexto cultural em que a hipótese em estudo se situa.

Cenários Alternativos Futuros

No Azerbaijão, ouve-se, com frequência, a pergunta sobre se seus nacionais – os azeris – são turcos-iranianos ou iranianos-turcos. A questão não é apenas acadêmica, pois, este país, como os que se emanciparam da União Soviética, a partir da década de 1990, enfrentam, entre outros, os problemas do estabelecimento de identidades nacionais viáveis e da reconstrução de suas instituições culturais e educacionais.

Verifica-se, então, a possibilidade de se consolidarem três cenários alternativos futuros. O primeiro é o perseguido atualmente, marcado pela opção azeri por uma parceria estratégica com os turcos. O segundo implicaria a opção iraniano-turca. O terceiro seria um “cenário russo” – com ou sem as implicações populares do termo.

As relações da Turquia com o Azerbaijão têm sido prioritárias para Baku, desde a independência em 1991. A partir da chegada ao poder da família Aliyev, quando Heydar Aliyev assumiu a Presidência, em 1993, o país tem considerado os de idioma turco, na Europa e Ásia, como irmãos por origem étnica e língua comum. O atual Presidente Ilham Aliyev manteve a mesma política de seu falecido pai e, no momento, há mais de 130 acordos firmados entre Ancara e Baku, garantindo forte moldura contratual à cooperação e amizade entre os dois Estados.

Tais demonstrações de amizade azeri não se devem, apenas, a afinidades étnicas e culturais ou facilidades mercantilistas. Tratou-se de opção estratégica de Baku, no processo de consolidação de sua independência, buscando cortar os vínculos excessivos com a antiga metrópole russa, enquanto não se precipitava – no estilo da Georgia – em alinhamento com a OTAN, temendo a consequente reação antagônica de Moscou. Em contrapartida, o Azerbaijão acenava à Turquia com um aumento de seu perfil de importância para a Europa Ocidental, na medida em que seu território serviria de trânsito para dutos, de transporte de petróleo – já em operação – e futuramente de gás, contornando a Rússia.

Sabe-se, no entanto, que o Grande Jogo atual, em disputa por recursos energéticos desta área, dependerá muito mais dos interesses e pressões de potências extrarregionais, do que dos acertos entre Azerbaijão e Turquia. Para Baku, no entanto, o que está em risco é o perfil de sua inserção internacional independente, optando por vínculos econômicos com a Europa Ocidental. As relações com a Turquia até o momento, preferenciais, caso o deixem de ser, colocaria este país diante de duas outras opções, com

vínculos bem mais complicados: com o Irã ou com a Rússia.

O Cenário de Influência Iraniana

Sempre de acordo com a percepção azeri, recentemente, a Turquia teria cessado de corresponder, no mesmo patamar anterior, a expectativas do Azerbaijão. Isto porque, Ancara procuraria, agora, por um lado, supervalorizar sua importância como trânsito para o transporte de recursos energéticos, que Baku

afirma depender de decisões locais, como fornecedor de petróleo e gás. Por outro, os azeris reclamam de concessões turcas aos armênios, sem a devida defesa de seus interesses na questão de Nagorno Karabakh.

Nessa perspectiva, pode ser questionado cenário admitido como provável, que manteria a opção azeri por sua inserção internacional como “turcos-iranianos”, através da gradativa aproximação da Europa Ocidental, com a intermediação da “amizade turca eterna”. Pergunta-se, então, quais seriam os cenários

alternativos para que o Azerbaijão permaneça independente, diante de novas condicionantes externas que poderiam comprometer a proposta seguida, a partir de 1993, de “caminhar em direção à Europa, enquanto mantém o olhar para a Ásia”.

É o dilema, já mencionado, entre ser turco-iraniano ou iraniano-turco.

No início do artigo, já foi mencionado que a nação azeri encontra-se, hoje, dividida em duas partes. Os cerca de oito milhões que ocupam o território do país independente, a partir de 1991. E os cerca de 20 milhões, ao Sul, que habitam na parte meridional iraniana. Essa divisão ocorreu em 1828, a partir de tratado entre os Imperadores persa e russo. Cabe reiterar que os que permaneceram no Norte passaram, então, a ser súditos do Tsar. O cenário alternativo, com ênfase no tal perfil “iraniano-turco”, não parece aqui excessivamente “bombástico”. Segundo literatura disponível, Teerã consideraria provável o retorno futuro de Baku a suas origens persas – “Azer”, como se sabe, significa “fogo”, na língua falada no Irã. Daí, Azerbaijão ser a “Terra do Fogo”, devido às explosões de gás em suas montanhas, desde tempos remotos.

A cena de partida dessa evolução já teria acontecido – segundo tal ponto-de-vista iraniano – com a emancipação do Azerbaijão do abraço soviético, que “não corresponderia aos anseios da nação azeri”. A opção inicial pela vertente cultural “turco-iraniana” seria devido à condicionante de “choque entre polos de poder”, que ainda vigoram no continente europeu, entre Moscou e capitais ocidentais.

Gradativamente, haveria evolução para um aconchego mais expressivo, com base em identidades nacionais azeris (dois terços dos quais, como já mencionado, vivem no Irã) e afinidades religiosas – shiitas.

Existe, também, dimensão econômica de forte peso, que permitiria a chamada “ligação vertical”, facilitando meios para o transporte de energia entre a Rússia e o Irã, através do território do Azerbaijão. Conseguir-se-ia, assim, evitar que a Europa conseguisse recursos energéticos do Cáucaso, sem a intermediação russa ou fontes iranianas.

O Cenário “Ruço”

Com o término do Império Russo, formou-se, em 1918, a República Democrática do Azerbaijão. Fortalecida a União Soviética, o território azeri foi reintegrado por Moscou, dois anos após. Com a extinção da URSS, emergiu a República do Azerbaijão, em 1991.

Receia-se, em Baku – conhecida como a “cidade dos ventos”- que prevaleça, nos tempos atuais, dinâmica regional cíclica, determinado por fenômenos da natureza que provocariam maiores ou menores ventanias.

Isto porque, com o recente ressurgimento do nacionalismo na Rússia, voltam a soprar aqui temores vindos da fronteira Norte deste país. Segundo entendimento local, é objetivo permanente russo a ocupação do Cáucaso. Enquanto, na vizinha Georgia, isto poderia acontecer militarmente, no Azerbaijão, especula-se a

respeito da determinação de Moscou de manter a hegemonia econômica sobre este país.

Na sequência do exercício de reflexão, sobre cenários futuros alternativos para a inserção internacional do Azerbaijão, respectivamente chamados de turcoiraniano e iraniano-turco, coloca-se, então, uma terceira hipótese: o retorno da dominação russa. As relações entre o Azerbaijão e a Rússia, no entanto, devem ser entendidas no contexto da história compartilhada no Cáucaso.

Nesse sentido, ressoam ainda, na região, dizeres atribuídos ao lendário General Alexei Yermolov, que desencadeou guerra brutal de conquista do Norte do Cáucaso, no início do século XIX: “Desejo que o terror de meu nome seja melhor guardião de nossas fronteiras do que uma cadeia de fortalezas, e que minha palavra seja para os nativos uma lei mais inevitável do que a morte”.

O referido militar russo é ainda odiado pelos “nativos”, em ambos os lados do Cáucaso, por sua brutalidade e ações genocidas. Durante a fase soviética, sua estátua, na Chechenya foi seguidamente destruída por descendentes de suas vítimas. Em outubro de 2008, segundo a edição de 29 de novembro daquele ano da revista “The Economist”, novo monumento gigantesco em honra de Yermolov foi recolocado em pedestal, na região russa de Stavropol, onde seria acordada fronteira étnica entre a Rússia e as cinco repúblicas muçulmanas ao Sul do país.

As ações bélicas de Moscou, contra a Geórgia, em 2008, reacenderam preocupações caucasianas quanto a novas agressões da Rússia a esta região.

No momento atual, tal preocupação russa teria sido agravada, como resultado da opção azeri por um cenário de parceria com a Turquia, para a instalação de dutos, transportando petróleo e gás do Azerbaijão para a Europa Ocidental, contornando o território da Rússia, através da Geórgia, para profundo desagrado de Moscou. A reconquista do território georgiano livraria a Rússia deste incômodo, enquanto, também, tolheria qualquer ambição de Ancara de reviver o chamado “mundo turco”, que incluiria os povos desta origem, residentes no Azerbaijão e Ásia Central.

Em momento de redefinição de sua inserção internacional, no começo da década de 1990, os novos dirigentes em Moscou, não abandonaram, facilmente, o hábito de tratarem os ex-integrantes da União

Soviética, como vassalos seus. Para os azeris, conforme mencionado acima, houve pronta opção por parceria estratégica com a Turquia. Buscou-se, assim, consolidar a independência, tentando cortar os vínculos excessivos com a antiga metrópole russa, enquanto não se precipitava - no estilo da Geórgia - em alinhamento com a OTAN, temendo a conseqüente reação antagônica de Moscou.

Com certa habilidade, Baku conseguiu estabelecer prudente distância de dependência do Norte de suas fronteiras, até que, em 2006, foi obtida a autossuficiência energética e tiveram início suas exportações próprias de petróleo, via Geórgia e Turquia, para a Europa Ocidental. Hoje, o Azerbaijão passou de importador a exportador de gás para a Rússia.

Enquanto exerci minhas funções como Embaixador em Baku, entre 2009 e 2012, portanto, analisava que haveria duas hipóteses de evolução das relações russo-azeri. A primeira seria um cenário róseo, que contemplaria a preservação da parceria estratégica ora estabelecida com a Turquia, de forma que dutos de petróleo e gás possam transportar tais recursos deste país à Europa Ocidental, evitando o território da Rússia. Paralelamente, nesse quadro auspicioso, seria consolidado, também, o “corredor Norte-Sul”, que permitiria o transporte das mesmas fontes de energia, do Irã e Golfo Pérsico, para a Rússia, que as encaminharia ao ocidente europeu.

Há, contudo, o cenário “ruço - pardo claro; pardacento”, é difícil evitar a nossa expressão popular do termo - que teria sido antecipado pelo conflito na vizinha Geórgia, em 2008.

Prevaleceria, nesse caso, a visão de Tbilisi, no sentido de que Moscou simplesmente não admitiria recuo de seu projeto nacional de ocupação do Cáucaso. Nesta hipótese, a Rússia buscaria antecipar-se ao ingresso

do Azerbaijão na OTAN, e encerraria qualquer possibilidade de acesso de gás dessa área, à Europa, sem o trânsito por seu território.

Os que receiam evolução nesse sentido acreditam que Moscou teria meios para manipular as divergências entre Baku e Ierevan, de forma a provocar novo conflito armado azeri-armênio, que viria a possibilitar, sob o pretexto de pacificar “os nativos”, intervenção e ocupação russa.

Conclusão

Na introdução deste artigo antecipou-se a questão sobre a possibilidade de que exista um cenário futuro favorável para a inserção internacional do Azerbaijão, que o recoloca na posição privilegiada desfrutada, por exemplo, na época da Rota das Sedas, quando a Europa dependia de seu território para o comércio com a Ásia. Logo após a emancipação da União Soviética, conforme foi mencionado, o país teve, como preocupação inicial, a consolidação de sua própria sobrevivência, como estado soberano.

Em seguida, defrontou-se com a possibilidade de optar por três cenários alternativos futuros. O primeiro, que vem sendo perseguido atualmente, é marcado pela opção azeri por uma parceria estratégica com os turcos. O segundo implicaria a opção iraniana. O terceiro seria um retorno à esfera de influência russa.

Os temas maiores para a inserção internacional do Azerbaijão, no momento, transcendem a sua localização geográfica ao Sul do Cáucaso e ocorrem em patamares superiores. Dizem respeito à importância estratégica de seus recursos energéticos. No século XIX, as nações dessa região eram vítimas ou protagonistas de disputas por territórios e mercados, que se convencionou chamar “The Great Game”.

Com o término da Guerra Fria, a vizinhança do Cáspio ressurgiu como espaço a ser cobiçado em novo “Grande Jogo”, em virtude agora, principalmente, de suas reservas de petróleo e gás, por Estados Unidos, Europa Ocidental e Rússia, além de potências menores. Hoje, no entanto, o Azerbaijão e seus vizinhos são influenciados por forças mais abrangentes de um mercado globalizado não apenas de energia, mas também de ideias, instituições e tendências sócioeconômicas. Cabe reiterar, a propósito, que se trata de área situada no percurso da antiga Rota das Sedas. Apesar de conter, no nome, a ideia de intercâmbio comercial, as principais trocas foram de caráter cultural, sobrepondo diferentes religiões, hábitos e costumes. Verifica-se que, entre os principais problemas atuais dos estados emancipados da URSS, estão os que dizem respeito à recuperação de suas identidades nacionais e reconstrução de mecanismos institucionais. Daí, após a análise de cada cenário alternativo provável, foram feitas considerações sobre o contexto cultural em que cada hipótese se situa.

Conclui-se com a afirmação de que haverá “seda” em cenário futuro que seja favorável ao Azerbaijão – e demais países do Cáucaso – na medida em que lhes seja permitido, por potências regionais e situadas fora dessa área, manter sua identidade cultural própria e soberania sobre seus recursos naturais.

“Inchalá”, como se diz em Baku.

Sobre o autor

Paulo Antônio Pereira Pinto é Diplomata, Embaixador do Brasil em Minsk, Belarus, a partir de 2015. Foi Chefe do Escritório de Representação do MRE no Rio Grande do Sul (ERESUL), entre 2012 e 2014, Embaixador do Brasil em Baku, Azerbaijão, entre 2009 e 2012, e Cônsul-Geral em Mumbai, entre 2006 e 2009. Serviu, a partir de 1982, durante vinte anos, na Ásia Oriental, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura, Manila e Taipé. Na década de 1970 trabalhou, na África, nas Embaixadas em Libreville, Gabão, e Maputo, Moçambique e foi Encarregado de Negócios em Pretória, África do Sul. As opiniões expressas são de sua inteira responsabilidade e não refletem pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores.

Como citar este artigo

Paulo Antônio Pereira Pinto. "Azerbaijão - A Esquina do Mundo e Seus Três Caminhos Alternativos". *Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*,. [Acessado em 21/01/2019]. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=20012>>.

UnB abre seleção para Curso de Especialização em Relações Internacionais

By Mundorama | Volume 10 - No. 112 - Dezembro - 2016

O Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília - iREL-UnB informa que permanecem abertas as inscrições para o processo seletivo da XIX edição do Curso de Especialização em Relações Internacionais (ano letivo de 2017). O programa, com 360 horas de duração, se desenvolverá entre 06/03 e 07/12/2017.

As relações internacionais contemporâneas têm se caracterizado por importantes eventos e processos que tem afetado de forma crescente as relações de poder tanto na cena internacional quanto na vida doméstica dos Estados. O crescente nível de internacionalização das sociedades e das economias nacionais, a problemática da segurança regional e internacional, a transcendência dos processos de integração regional, a liberalização dos mercados consumidores - entre outros importantes processos - despertam atenção crescente tanto entre acadêmicos e estudiosos, quanto das empresas públicas e privadas, das organizações não-governamentais, uma vez que as suas estratégias são mais e mais dependentes de tais processos. Assim, está claro que compreender as dinâmicas internacionais contemporâneas significa entender os fatores que atuam como constrangimentos da vida econômica, política e social do Brasil. Esse curso está voltado para profissionais que, em seus diferentes campos de atuação, sentem a necessidade de familiarizar-se com os fenômenos internacionais. Na atualidade, a realidade internacional faz-se presente nos mais diferentes aspectos associados ao trabalho profissional, em especial o comportamento dos mercados e as tendências econômicas, sociais e políticas que definem problemas e oportunidades para as sociedades.

Informações adicionais podem ser obtidas [aqui](#).

UFGD publica dossiê especial da Revista Monções

By Mundorama | Volume 10 - No. 112 - Dezembro - 2016



A Universidade Federal da Grande Dourados informa a publicação do número 9 da Revista Monções, que traz um dossiê especial organizado pelos professores Hermes Moreira Junior (UFGD) e Roberto Goulart Menezes (UNB), om o tema “Economia Política Internacional de Sul a Norte: Desafios para a Agenda Global em um Contexto de Crises e Instabilidade”.

O dossiê traz artigos de Marcos Costa Lima, Joyce Helena Ferreira da Silva, Marcos Cordeiro Pires, Thais Caroline Lacerda Mattos, Gustavo Erler Pedrozo, Thiago Lima, Alexandre César Cunha Leite, Karen Fernandez Costa, Henrique Menezes, Marcela Franzoni, Aline Regina Alves Martins, Filipe Almeida do Prado Mendonça e Haroldo Ramanzini Júnior.

O Dossiê ainda conta com a aula inaugural de Luis Fernandes, professor da PUC-RJ e da UFRJ, e a tradução, realizada por Fabrício H. Chagas Bastos e Matthew T. Rogers, do artigo “Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War”, da autoria de Sean Burges, professor da Australian National University. Além disso, integram o número os artigos de Flávio Augusto Lira Nascimento, Nanahira de Rabelo e Sant’Anna e Junior Ivan Bourscheid, na seção Miscelânea, e as resenhas elaboradas por Pedro Vieira, Lucas de Almeida Carames, Marcos Antônio da Silva e Lucimara Inácio do Prado da Silva.

O número está disponível [aqui](#).
